

(IN)VISIBILIDADE TRANS NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS ESTEREÓTIPOS DA BANCADA¹

DEOLINDO, Noah²
ARAÚJO, Alcemar Dionet de³

RESUMO: O presente artigo trata da (in)visibilidade de transexuais à frente de bancadas de telejornais brasileiros e da falta de oportunidades no mercado de trabalho. À luz da Análise de Discurso de orientação francesa (doravante, AD), pretendemos discutir a temática, contribuir para que esses sujeitos sejam vistos e reconhecidos pela sociedade e refletir sobre os percalços, o preconceito e a representatividade dos sujeitos trans. Assim, este artigo caminha por vários tópicos, sendo o primeiro um panorama sobre o tema. Em seguida, trazemos considerações sobre o sujeito transgênero e onde ele está na sociedade. A terceira etapa se debruça sobre o meio televisivo e os padrões comportamentais estereotipados de jornalistas. Por fim, efetuamos a análise sobre os estereótipos de jornalistas de bancada, que reverberam a (in)visibilidade trans em um cenário excludente onde essa existência é dissimulada ou, pelo menos, ignorada.

PALAVRAS-CHAVE: Transexuais, Estereótipos, Sujeito, Telejornalismo, Análise de Discurso.

NÃO NASCI HOMEM, MAS TORNEI-ME UM

Mesmo que um artigo não preveja um relato biográfico e que comece pela introdução, para depois apresentar as demais partes, não poderia concluir este (per)curso da minha vida sem, ao menos, dizer aos leitores e leitoras quem sou eu enquanto sujeito e qual é o meu lugar de fala. Minha escrita também é um ato de (re)existência, que traz à tona a transexualidade. Sou um homem trans e a minha transição ocorreu um ano antes do início deste artigo. Este fato me acompanhará para sempre e faz parte da minha construção/constituição como sujeito. Para a realização desta pesquisa, são necessárias duas coisas: “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p.281). Neste sentido, as palavras vindouras estão ancoradas na resistência, como diz Pêcheux ([1982] 1990):

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG), no ano de 2022.

² Discente do 8º período do curso de Comunicação Social - Jornalismo, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: ndeolindo@minha.fag.edu.br.

³ Professor orientador da pesquisa. E-mail: alcemaraaraujo@fag.edu.br.

As resistências: **não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo**, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; **mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases**; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. (PÊCHEUX, [1982] 1990, p.17 - negritos nossos).

Neste campo da resistência, não posso me calar diante do desvio ou da alteração dos sentidos dos termos para não tratar sobre a temática ou calar a voz daqueles que - na maioria das vezes -, não têm espaço para “dizer”. O sujeito transexual vive à margem e por “exigência” de parte da sociedade tem a voz calada, quando quer dizer, gritar, ser ouvido.

Minha forma de (re)existir está em dar voz a esse sujeito trans que escreve/fala. Se eu não utilizasse este espaço criado por mim, por meio do acesso e da conclusão de um curso de nível superior, para abordar um tema em via marginal da sociedade, permitiria que não só a sociedade me calasse, mas que eu mesmo não me desse o espaço de fala para relatar o desejo de um segmento social (em que me encaixo) que quer ser visto, ouvido, acolhido, reconhecido e respeitado.

O relacionamento de dois jovens gera uma criança que, desde o ventre materno, sempre foi muito amada. Era abril de 1997, com genitais femininos, nascia no interior do Paraná, na cidade de Tupãssi, o primeiro neto da avó paterna e o primeiro filho do jovem casal.

A família, fundamentada na religião evangélica, assídua a cultos e atividades oferecidas pela igreja, filia-se a essa *Formação Discursiva* (de agora em diante, *FD* - a ser trabalhada na fundamentação teórica), significando a homossexualidade como pecado, doença e/ou castigo. O debate sobre homossexualidade surge no seio familiar a partir do “comunicado” de um primo, que assume-se gay. Alguns anos depois, eu assumi este lugar de “pecador”.

Neste sentido, a homossexualidade está ligada ao crime, ao pecado, ao desvio e ao erro. Todas essas significações são estabilizadas por meio de uma *FD* evangélica e a própria mão que afagou outrora, agora apedreja em nome de Deus. A normatividade fez uso da religião, da ciência, do direito, na tentativa de garantir a estabilidade dos sentidos. O efeito de sentido de “expurgo” condensa a estratégia discursiva de imobilizar o sujeito pelo julgamento do dizer equivocado - ele deixa de “pertencer ao mundo da luz”.

Durante a infância e a adolescência, sabia que algo era diferente em mim, já

que as vestimentas femininas impostas me deixavam desconfortável e com vergonha de não me aceitar naqueles trajes. Lembro-me de já ter apanhado por não querer usar uma roupa imposta. Recordo-me de conversas no sofá, onde ouvia da minha mãe e da minha avó que “aquelas roupas eram usadas por ‘sapatões’”.

Aos 16 anos de idade, eu tinha certeza de que aquele corpo não era meu, pois não me reconhecia nele. Aos 18 anos, sai de casa, não por escolha, mas porque não fui aceito por quem eu sou. Saí daquele lugar que por longos anos chamei de lar e passei a estar na casa de amigos que me acolheram. Lutei (e continuo lutando) para ser quem eu sou e pela minha felicidade. Desde aquele último adeus, não tive mais contato com qualquer membro da minha família.

Aos 23 anos de idade, encontrei meu lugar enquanto sujeito transexual. Depois de ter o acompanhamento de profissionais da área da psicoterapia, que me ajudaram a entender o meu lugar no mundo e, principalmente, contribuíram para que eu me encontrasse, ergui a minha cabeça e sigo firme no meu propósito: viver a minha sexualidade.

No ano de 2019, ingressei no curso de Jornalismo e, após quatro anos, estou encerrando esse ciclo, que é o primeiro que, de fato, eu encerro, vindo de um esforço meu, de muito suor e trabalho. Terminar a graduação traz um sentimento de vitória, ainda que para algumas pessoas não pareça muito, mas estar e concluir um curso superior me faz entender que as palavras proferidas pela minha mãe, quando saí de casa, não eram a única forma de compreender o mundo. Além disso, assumo a condição de porta-voz dos sujeitos trans que não tiveram/têm a mesma oportunidade de frequentar a faculdade. Aqueles que um dia disseram que “eu não seria ninguém na vida”, devido a minha identidade de gênero, por “não honrar os meus pais”, por “viver e ser o sinônimo do pecado”, irão me assistir em uma bancada de telejornal.

Este sou eu, futuro comunicador, 25 anos de idade, amante do jornalismo de televisão, feliz com a vida e com os familiares que escolhi, traçando metas para alcançar lugares pouco ainda alcançados por um transexual em meio a uma sociedade e a um país que mata, a cada 48 horas, uma pessoa trans, gerando uma taxa de expectativa de vida desses sujeitos de 35 anos de idade, o que não equivale nem à metade da expectativa de vida nacional de pessoas heterossexuais.

Assuntos como sexualidade e transexualidade ainda são tabus na sociedade: portanto, debater a temática e trazer informação e diferentes posicionamentos traz a esperança de que a luta pelo direito de viver não será em vão.

O mundo da sexualidade é altamente sobrecarregado de interdições. Não respondemos às crianças suas perguntas sobre o tema, proibimos que se masturbem, desestimulamos o sexo antes do casamento; fantasias sexuais são quase sempre práticas pervertidas. (SOARES, 2015, p.28 - negritos nossos).

Movendo o assunto por meio do eixo do tempo, vemos os mais diversos entendimentos sobre as práticas sexuais e o prazer. Movendo o eixo do espaço, percebemos que, em um mesmo momento histórico, os sentidos sofrem transformações, tornando possíveis outros efeitos que, em outros lugares, não são possíveis. Neste cenário, linguagem, história, discurso, sentido, sujeito, ideologia, conceitos que norteiam a AD, são cruciais para que os sujeitos homossexuais enunciem suas experiências de vida, produzam significados sobre suas experiências e tragam contribuições pertinentes para os campos que se relacionam.

Neste universo, é preciso ouvir quem precisa ser escutado, é necessário dar importância aos assuntos que requerem atenção, é indispensável que a compreensão e o amor se façam presentes na formação de um sujeito e que um lugar de acolhimento exista e seja seguro, para que a formação e a constituição de sujeitos emocionalmente estruturados possa existir.

Nesta jornada, que exige tantas (in)decisões, a de retificação de nome foi a primeira delas, a qual fiz questão de atualizar o mais rápido possível. Nome é identidade, é como o sujeito se reconhece e como a sociedade reconhece o sujeito; por isso, a urgência em não só parecer, mas ser. Embora o anseio de que esta fosse uma questão resolvida com agilidade, a alteração de todos os documentos exige processos, alguns mais demorados que outros, sem mencionar a burocracia que o processo exige.

Hoje, eu, Noah Deolindo, tenho orgulho de ser quem sou, tenho orgulho de dizer que sou um homem transexual e que represento a luta de tantos outros sujeitos marginalizados pelo sistema. Tendo passado por inúmeras dificuldades, *preconceitos*, mágoas e violência verbal em nossa caminhada, que só nós, homossexuais e, em específico, transexuais, como no meu caso, nós conhecemos e sabemos a dor de passar um Natal, por exemplo, imaginando como seria se a família estivesse reunida. Eu sou feliz e tenho orgulho do homem que sou, porque não nasci homem, mas tornei-me, com valores e caráter.

1 INTRODUÇÃO

Em face da opção de começar o estudo pela apresentação do prólogo que situa o olhar produzido em torno de uma situação bastante individual, passamos, agora, para a introdução propriamente dita, afirmando que este artigo tem como objetivo analisar a (in)visibilidade de pessoas transexuais nas bancadas de telejornais brasileiros, em que vários estereótipos são encontrados e que o fato de um jornalista ser transexual implicaria em oportunidades e experiências que poderiam aprimorar este âmbito profissional.

A escolha do tema está relacionada ao indivíduo transexual integrante da sociedade, como estudante ou como profissional. Para falar em sujeito transexual, é preciso compreender que este está inserido em um segmento social, representado pelas siglas LGBTQIAP+⁴.

No decorrer do estudo em relação ao tema, vários tópicos serão abordados. De início, uma introdução geral, pincelando o assunto a ser tratado de forma breve, dando um panorama sobre a temática. Em seguida, será abordado o sujeito transgênero: quem é, onde se encontra, taxa de mortalidade e o *preconceito*, que afeta a vida dele, acentuando, significativamente, o rumo que essas pessoas acabam seguindo para suas vidas. Por fim, à luz da Análise de Discurso, iremos trazer à tona os estereótipos sobre o sujeito-jornalista de bancada e a posição do sujeito trans no telejornalismo do Brasil.

Vale destacar que os movimentos de análise serão feitos ao longo do texto, por meio de Sequências Discursivas⁵ (a partir de agora, SDs), que, neste artigo, estarão sendo representadas por meio de imagens de sujeitos-jornalistas na bancada.

O *preconceito* não se localiza apenas na rua, mas na própria casa, no trabalho, na faculdade, em todos os lugares. Sabendo que a sociedade é preconceituosa e que os números apontam que a cada 48 horas uma pessoa trans morre no Brasil, conforme pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais

⁴ Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais): esta sigla forma a representação de uma comunidade que sofre preconceito na sociedade. São conjuntos de pessoas com características que abordam gênero e sexo.

⁵ De acordo com Mariani (1998, p. 54), a noção de sequência discursiva, definida por Courtine (1981, p. 25) como "sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase", é fluida o suficiente para viabilizar a apreensão das formulações discursivas (FDs), ou seja, de sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso).

(Antra), em janeiro de 2022, entendemos que a oportunidade de uma vida melhor não aparece da mesma forma para todos. Transexuais são vistos como ‘anormalidades’ por não se verem em seus sexos biológicos e por submeterem-se a procedimentos estéticos em busca de reconhecer-se. Partindo do pressuposto de que esse segmento vive na via marginal da sociedade, é importante questionar por que esse sujeito não está inserido no telejornalismo e em frente às câmeras. Sendo assim, podemos perguntar: a identidade de gênero interfere nos princípios de credibilidade que o Jornalismo exige?

No ano de 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto, declarando o dia 17 de maio como ‘Dia Internacional contra a homofobia’, um dos primeiros direitos constituídos por lei que ampara o cidadão homossexual na sociedade, direito este que qualquer heteronormativo não precisa lutar para conquistar. Para falarmos sobre transexuais no Jornalismo, é preciso compreender onde estão esses sujeitos, como é a vida deles e se ele tem influência em sua comunidade, na (possível) vida acadêmica e no mercado de trabalho.

Quanto à mídia televisiva, este ano comemora-se 72 anos da televisão no Brasil. Há décadas, o país vem sendo “informado” pelas histórias que chegam aos lares dos brasileiros que esperam as notícias sobre as suas regiões e o que acontece em todo o mundo. Ainda que falar de pessoas homossexuais nos meios de comunicação ainda seja um assunto novo, não precisamos nos esforçar para lembrar de nomes que marcaram época na televisão: Vera Verão, Renato Russo, Freddie Mercury e outros que fizeram história como “comunicadores”.

O jornalismo nacional trouxe algumas pessoas que se assumiram como homossexuais para a televisão, como a jornalista Fernanda Gentil, da TV Globo, que, em 2016, assumiu seu relacionamento com a jornalista Priscila Montandon⁶.

Em várias ocasiões, alguns outros jornalistas também homossexuais tiveram a oportunidade de aparecer frente às câmeras, como o jornalista Matheus Ribeiro, bissexual, que, em um rodízio de diferentes apresentadores do Jornal Nacional, esteve como apresentador.

Embora existam alguns exemplos de jornalistas homossexuais, ainda é um assunto - induzido ou não - escondido, não dá redação jornalística, mas,

⁶ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/separada-desde-abril-fernanda-gentil-assume-namoro-com-uma-jornalista.html>. Acesso em: 7 de set 2022.

especificamente, do público, porque, em tese, o foco principal das grandes empresas de veículos de comunicação é que nada tire a atenção do que realmente importa, a notícia. Por isso, muitos jornalistas homossexuais acabam guardando para si seus sotaques, falas, gestos e até mesmo, de alguma forma, seus corpos para se adequar ao local profissional. Ainda assim, aqueles que não conseguem abdicar de si mesmos acabam por não ser uma opção para essas empresas.

É compreensível que a maioria dos jornalistas prezem por se preservarem, uma vez que a era atual é de julgamento constante, principalmente, por parte do público. Neste cenário, as redes sociais acabaram por dar voz a tais atitudes através de sites de fofocas e especulações, o que faz com o que o profissional da área queira se resguardar. No entanto, se é o jornalismo quem tem a missão de abordar pautas de variados temas, os comunicadores e as empresas deveriam poder abordar temas como esse, uma vez que o papel do jornalista é justamente trazer à tona pautas que possam repercutir sobre a sociedade e contribuir com ela através do seu trabalho.

Frente a este quadro que delineamos, surgem perguntas que permanecem sem resposta: onde estariam os outros possíveis apresentadores? Por que temos tão poucos nomes como exemplo quando refletimos sobre o tema? Por que, mesmo com o avanço da humanidade, ainda não tivemos na televisão um apresentador transgênero? Será uma recusa das emissoras? A existência de recrutadores preconceituosos que não consideram a contratação? É algo que implicaria diretamente na audiência? Questões complexas e que exigem reflexões.

São tantas perguntas que buscam por respostas que não sejam apenas desculpas em forma de *preconceito* e que, de certa forma, geram o silenciamento de um segmento que vive à margem da sociedade. Neste sentido, buscamos, amparados na AD, encontrar algumas respostas. Como esta teoria postula, a inquietação com algo e quebra de barreiras deve ser feita sobre os discursos formados há tantos anos e que fazem com que tudo seja da mesma forma, por meio de uma *FD* que dita aquilo que deve ou não acontecer, silenciando a voz e os sonhos de tantas pessoas que gostariam de alcançar um lugar.

É por essa causa que este trabalho é feito. Como homem transgênero, acadêmico do curso de Jornalismo, posso abordar o *preconceito* e a problemática da sociedade conservadora rotular, mesmo que indiretamente, como uma anormalidade estarmos no horário nobre de um veículo de telejornalístico, já que apenas homens/mulheres heterossexuais e homossexuais que abdicaram de si mesmos

podem assumir essa função até o presente momento.

No próximo ponto, abordaremos a história do sujeito transgênero.

2 SUJEITO TRANSGÊNERO

Para se referir-se ao sujeito transgênero, é necessário que antes seja compreendido o sentido de identidade e até mesmo de identidade de gênero, uma vez que se reconhecer é um dos primeiros princípios para entender quem o sujeito é e que lugar ele ocupa na sociedade. Segundo Maciel (2019), “conceituamos identidade como a capacidade de interação do sujeito nos campos individuais e coletivos”.

O indivíduo transgênero é aquele que não se identifica com o seu sexo de nascimento e que, com o passar dos anos e das convivências individuais e coletivas, começa a descobrir e/ou entender quem de fato é. Geralmente, a descoberta ocorre na adolescência, quando as interações coletivas são com um grupo ao qual o indivíduo se identifica, seja pela forma de pensar, falar, vestimentas e sentimentos relacionados a outras pessoas que coincidem com o grupo.

Ser transgênero é abdicar de sair na rua e cumprimentar a todos; os olhares não são mais os mesmos; ser transgênero é ouvir perguntas como “por que está urinando sentado?”, é ouvir piadas como “com mulher de bigode nem o diabo pode”. A represália no nosso país por alguém ser o que é, por assumir um lugar na sociedade, é muito grande. Embora não seja uma escolha e não interfira na vida de ninguém, a sociedade conservadora abomina e ridiculariza o indivíduo transgênero por não fazer parte do padrão e, por isso, o número de assassinatos cresce a cada dia mais no cotidiano.

Segundo a Agência Brasil⁷, em 2021, foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Os números de homicídios se dão pelo *preconceito* e pela situação precária que pessoas transexuais vivem no país. Mulheres transexuais são as vítimas mais frequentes de homicídio. A falta de oportunidade no mercado de trabalho, a rejeição familiar e tantas outras questões implicam na saúde mental e na qualidade de vida que essa pessoa vem a ter no decorrer de sua vida. Por isso, mais

⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>. Acesso em: 16 set 2022.

precisamente para mulheres trans, a atividade de profissional do sexo acaba sendo a melhor opção para uma vida financeira melhor, ou seja, os julgamentos são muitos e de várias formas. Se for transexual, temos um *preconceito* impregnado na sociedade; se for profissional do sexo, também sofre *preconceito*; se não trabalhar é “vagabundo”; não há um peso e/ou uma medida. De alguma maneira, parece discriminação.

Embora, desde 2019, a transfobia seja considerada legalmente como um crime, o Brasil vem sendo considerado o país que mais mata transexuais por 13 anos consecutivos. Conforme o relatório de 2021, da *Transgender Europe* (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições LGBTQIAP+, 70% dos assassinatos aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos da América (EUA), com 53 (BRASIL DE FATO, 2022).

Essa cruel realidade reflete na inexistência de sujeitos trans em distintos campos sociais, entre eles, o da Comunicação/Jornalismo. Neste sentido, não se encontram profissionais trans nas bancadas dos telejornais brasileiro; não são conhecidos e não são vistos, como podemos verificar na SD1 a seguir:



SD1: Cid Moreira e Sergio Chapelin na bancada do Jornal Nacional | Reprodução: Acervo Globo

Os transexuais são apenas “falados” pelos meios de comunicação televisivos e não têm voz à frente desses canais. Pautados nessas ausências, resolvemos

dedicar este trabalho a refletir sobre a (in)visibilidade do sujeito trans no telejornalismo brasileiro.

2.1 NA VIA MARGINAL

Atualmente, o sujeito trans é encontrado na via marginal da sociedade, em ambientes e profissões divergentes onde a comunidade LGBTQIAP+ lutou para ter um espaço. Esse lugar de espaço da comunidade, geralmente, são casas noturnas, onde a maioria dos sujeitos trans se encontram, seja nas bancadas dos bares, na limpeza desses ambientes ou, no máximo do seu reconhecimento, em dois desses locais. Um homossexual não está inserido na sociedade não por não querer, mas por não ter espaço para que isso ocorra. Socialmente, é possível encontrá-lo apenas com pessoas que frequentam os mesmos espaços. Já, economicamente, o sujeito trans vive à deriva. Sem oportunidades melhores de trabalho, é impossível que ele se desenvolva e tenha uma vida de qualidade, consecutivamente suas experiências educacionais também não teriam como ser melhor do que em outras ramificações.

A educação pública no Brasil é deficitária e não atende todas as necessidades que a população em geral precisa; para o sujeito trans. não é diferente, já que está à mercê de um país onde a educação sexual não é importante. Segundo uma matéria produzida pelo Jornal Hoje, em outubro de 2021, que investigou o número de casos de homofobia e transfobia registrados nas delegacias, dos números informados à reportagem do jornal, entre junho de 2020 e junho de 2021, foram contabilizados 135 crimes desta natureza. Por outro lado, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que tratam dos crimes de trans feminicídio, são maiores que todos os dados de homofobia registrados no Brasil. Esta problemática preocupa, visando que a importância desse ensino reduziria as grandes taxas de homofobia que acontecem dentro dos colégios brasileiros.

Assim como é feito um levantamento de dados sobre mortalidade de idosos, crianças e outros, o segmento militante que luta pelos direitos de pessoas do grupo de siglas LGBTQIAP+ questionam e buscam direitos para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclua em suas pesquisas dados de pessoas transexuais, porque, segundo a matéria do jornal Folha de São Paulo, deste ano de 2022, o sujeito transexual “é visto por especialistas como frágil por ignorar a sexualidade de pessoas transgênero e promover um reforço simbólico da

heterossexualidade como padrão”.

Já a pesquisa feita em 2019 sobre os mais de 100 mil domicílios tinha como pergunta ‘qual sua opção sexual?’ e as opções de resposta não continham a alternativa transexual. “A princípio, a resposta deveria ser espontânea, mas, caso o entrevistado pedisse opções, seriam oferecidas: ‘Heterossexual’, ‘Bissexual’, ‘Homossexual’, ‘Outra. Especifique’, ‘Não sabe’ e ‘Recusou-se a responder’ (*Folha de S. Paulo*, 2022). Desse modo, o transexual é marginalizado também quando não aparece nas principais pesquisas do país, não sendo contabilizado como um cidadão que pertence a um segmento que não é reconhecido. Portanto, é notória a falta não só de empatia, mas também do simples direito de existir e pertencer.

Com isso, é possível perceber como ainda não há espaço para transexuais em diferentes lugares e o jornalismo tem sido um deles. Outro fator analisado é como esse sujeito é formador de cultura e que cultura é essa, uma vez que a sociedade o reprime. A resposta é encontrada por meio da verificação do grande número de pessoas transexuais que pertencem ao mundo da prostituição. Um sujeito tem como sua cultura aquilo que faz parte do seu dia a dia, aquilo que é de convívio e de fácil alcance; se para o sujeito trans o mercado de trabalho é inacessível “por não ter espaço” e se o Sistema Único de Saúde (SUS) não contribui para que o processo de transição seja saudável e eficaz e, sobretudo, sem uma demora significativa, esse sujeito não pode aceder a uma cultura diferente do senso comum.

No próximo tópico, será abordado o Jornalismo de TV e seus veículos, além do comportamento dos telespectadores sobre transexuais no âmbito jornalístico.

3 JORNALISMO DE TV

Costa (2009) identifica o Jornalismo como o representante da representação, vendo o canal de informação como o autor por reproduzir aquilo que o outro vê por meio do seu próprio olhar. Por este caminho, o comunicador é acompanhado da sua própria perspectiva e dos ideais do representado e do telespectador:

‘Num mundo de representações, que é o mundo da mídia tradicional, o jornalista reapresenta as representações de outrem para os outros. Ele encaixará nelas a sua própria representação, a qual manipula, maneja, hierarquiza as representações que lhe foram feitas pelas diversas fontes consultadas. Ele re-apresenta com sua capacidade de representar’ (COSTA, 2009, p. 40 - negritos nossos).

Nesse contexto, os veículos televisivos compactuam não somente com seus ideais, mas com o que o telespectador espera dele. Isso não significa que necessariamente que o cidadão não queira que transexual seja o seu canal de informação, apesar de o Brasil ser um dos países mais preconceituosos. Mas, de fato, o telespectador sequer chegou a pensar na possibilidade de ele ser a fonte de informação. É de responsabilidade dos veículos praticar a inclusão e tornar “normal” aquilo que não precisa tornar-se notícia. Como afirma a jornalista Diana Zurco (a qual apresentaremos na seção 3.2), em entrevista ao jornal *Página/12*, “uma pessoa trans em um telejornal não deveria ser histórico nem gerar notícia” e pondera: “mas hoje precisa ser novidade para que amanhã não seja mais. É um processo de mudança social e cultural. Há transformações que são inevitáveis”.

3.1 MERCADO DE TRABALHO X TRANSEXUAIS

Sobre a marginalização que transexual sofre em relação à sociedade, podemos observar que este corpo não está à margem em apenas um aspecto ou uma profissão. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) fez uma pesquisa no ano de 2020 sobre o mercado de trabalho para pessoas da comunidade LGBTQIAP+ e heterossexuais e revelou que, das 1.000 pessoas entrevistadas, cerca de 50% das pessoas homossexuais relataram sua sexualidade no trabalho, 25% contaram apenas a alguns colegas do serviço e os outros 25% não contaram a ninguém sobre a sua orientação sexual. Segundo o mesmo estudo, as pessoas entrevistadas relataram já terem sofrido *preconceito* direta ou indiretamente.

O fato é que o sujeito trans ainda não é visto, reconhecido e respeitado no ambiente de trabalho, fruto de uma construção patriarcal da sociedade com relação ao sujeito. Para entender melhor a condição que o sujeito trans vive em relação ao trabalho, utilizamos o conceito de memória discursiva, conforme postulado pela AD.

Para Mariani (1996), “a memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos”. A partir deste conceito, é possível ler a constituição do mercado de trabalho e a percepção sobre os sujeitos trans como uma memória do passado.

O Jornalismo, por sua vez, também pode ser considerado como uma prática padronizada do passado em que apenas um estereótipo de pessoa ocupou as bancadas para levar até os telespectadores as notícias do dia, a exemplo da SD 2,

em que o padrão se repete há décadas nas bancadas dos telejornais do Brasil:



SD2: Janine Borba e Celso Freitas parceiros de bancada do Jornal da Record | Reprodução: Record

A partir da SD2, que traz Janine Borba e Celso Freitas na bancada do Jornal da Record, os telespectadores se acostumaram a encontrar a mesma imagem todos os dias e, por isso, não consideram ou sequer questionam a aparição de um(a) transexual nas bancadas de um telejornal; é o que parece normal. Por isso, ao se acostumar a interpretar as novas mesclas de povos e etnias, as novas culturas e a identidade que cada um pode assumir com o tempo, é inimaginável uma nova versão do estereótipo/biotipo para o jornal.

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. **Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura.** (LIPPMANN, 2008, p. 85 - negritos nossos).

Segundo as palavras do autor, a tendência de ação e de atividade de uma sociedade é, antes de entender ou compreender, julgar, o que se faz presente, sobretudo, atualmente. Porque o efeito é menos doloroso do que parecer ser, seria mais fácil aceitar aquilo que é estranho ou ter uma ação menos preconceituosa e não

estereotipada pela sociedade do que, de fato, achar que a orientação sexual de uma pessoa faz dela menos profissional. Sendo aceita a premissa, não há razão para a inexistência do sujeito transexual na bancada dos telejornais.

Neste sentido, é possível identificar um padrão nos diferentes telejornais de diferentes canais: os âncoras, em sua maioria, são heteronormativos, o que não se explica apenas pela opção sexual como fator determinante, mas esta ausência do sujeito trans também se refere à falta de formandos transexuais nos cursos de Jornalismo. Neste sentido, à medida que os jornalistas trans ganharem visibilidade, poderão pedir aos líderes do jornalismo que enfrentem as barreiras estruturais que dificultam a entrada e a permanência de pessoas trans na indústria da comunicação.

O desejo de pertencer a este segmento de formação permite que o sujeito queira estar neste lugar; entretanto, quando formado, ele se depara com um espaço inacessível, uma vez que o padrão encaixado para as bancadas é, em sua maioria, de homens, héteros, de pele e olhos claros, com postura, altura, dentre outros, como podemos ver na SD3 a seguir:



SD3: César Tralli apresentador do Jornal Hoje e do Jornal GloboNews | Reprodução/Globo

Conforme exposto, sendo este o conjunto de quesitos encontrados nos âncoras dos telejornais, compreendemos que o sujeito trans é visualizado como minoria (invisível) e de pouca voz na sociedade.

3.2 ESTEREÓTIPO

Para Fiske (1987, p.304), “o telejornal é uma montagem de vozes, muitas delas contraditórias, e sua estrutura narrativa não é suficientemente poderosa para ditar a qual voz devemos prestar mais atenção”. Corroborando a tese, podemos afirmar que o estereótipo visto e vivido nas bancadas de telejornais, reverbera os padrões estabelecidos pela sociedade há décadas. Os telespectadores estão “acostumados” a ligar a televisão e, ao assistir um telejornal, associar as notícias à forma de vestir, falar e se comportar dos seus apresentadores, que estão produzindo discursos a partir de um lugar de fala que perpetua e tem a audiência como moldura, apenas repetindo a imagem que se constituiu como memória ao longo dos anos. No entanto, esse não é um espaço em que circulam apenas corpos de pessoas dentro do “padrão social” constituído por algumas exigências de uma comunidade.

Um caso a se destacar e que foge do padrão estereotipado é Diana Zurco, âncora de um telejornal de horário nobre na Argentina.



SD4: Diana Zurco, primeira apresentadora trans da América Latina | Reprodução/TV Pública

Na SD4, temos uma mulher transexual, de 43 anos, que integra a equipe do TPA Notícias, um telejornal da Televisão Pública, exibido diariamente às 20 horas do país citado. Em março de 2020, Diana Zurco tornou-se a primeira jornalista

transgênero a ocupar uma bancada na nação sul-americana.

Antes de estreiar frente às câmeras, a jornalista trabalhava em rádio e muitos não conheciam seu rosto até então. O blog Terra fez uma matéria e trouxe o discurso da jornalista. No decorrer dele, ela afirmou: “a televisão precisa ampliar sua visão de mundo e mostrar a diversidade de pessoas, uma pessoa trans em um telejornal não deveria ser histórico nem gerar notícia. Mas, hoje, precisa ser novidade para que amanhã não seja mais. É um processo de mudança social e cultural. Há transformações que são inevitáveis” (TERRA, 2020).

Segundo Diana Zurco, o seu papel enquanto âncora trans, é um convite à sociedade: “esta sou eu; atrás de mim há mais pessoas como eu que querem se expressar. Somos capazes, podemos estudar, podemos nos treinar, podemos nos comunicar com você o que está acontecendo em nosso país” (TERRA, 2020).

É importante mencionar que a Argentina é pioneira em direitos transgêneros, a Argentina promulgou em 2010 uma lei de igualdade no casamento e, em 2012, adotou uma lei de identidade de gênero sem precedentes, permitindo que pessoas transgênero escolham sua identidade autopercebida, independentemente de seu sexo biológico. A lei também garante acesso gratuito a cirurgias de mudança de sexo e tratamentos hormonais sem prévio consentimento legal ou médico.

Em 2021, o Congresso da Argentina aprovou uma lei que obriga o Estado a reservar pelo menos 1% das vagas na administração pública para travestis, transexuais e transgêneros, ao mesmo tempo em que criou incentivos fiscais para empresas privadas contratarem esses sujeitos que vivem à margem (G1, 2021)⁸.

Neste artigo, abordamos, especificamente, a necessidade de inclusão de transexuais no telejornalismo brasileiro, mas não há alguém específico que seja considerado como base para uma pesquisa de campo sobre a opinião de telespectadores para que possamos responder aos questionamentos já feitos no decorrer deste artigo; portanto, trazer um caso de inclusão, como o da SD2, mesmo que não seja do país, traz ainda mais sentido para um assunto pouco falado no Brasil.

O que fala/grita quando não temos a figura de uma pessoa trans em uma bancada de telejornal (e o que se repete) é a permanência de uma postura e de ações que, sob injunções religiosas e patriarcais, estabelecem *preconceitos* que já estão

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/25/argentina-nova-lei-reserva-1percent-dos-cargos-publicos-para-travestis-transexuais-e-transgeneros.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2022.

enraizados. Em face disso, a imagem dos apresentadores se repete, sendo ditadas por um estereótipo pré-estabelecido no jornalismo brasileiro há mais de 70 anos, a exemplo da bancada do SBT Brasil, que constitui a SD5, com os apresentadores Marcelo Torres e Márcia Dantas:



SD5: Marcelo Torres e Márcia Dantas no comando da bancada do SBT Brasil | Reprodução: SBT

Partindo do princípio de que o telejornal foi uma revolução e uma inovação no meio de comunicação social, há anos, ele vem sendo o principal meio de comunicação que prende a sociedade sentada em frente a uma televisão por horas, com o único intuito de se “informar” sobre os acontecimentos locais e mundiais:

A televisão é o fenômeno social e cultural mais impressionante da história da humanidade. É o maior instrumento de socialização que jamais existiu. Nenhum outro meio de comunicação na história havia ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, e nenhum havia demonstrado um poder de fascinação e de penetração tão grande. (FERRÉS, 1998, p. 13 - negritos nossos).

Corroborando o discurso dos autores, o telejornal é um meio de comunicação muito importante na sociedade, mas ainda não há espaço para algo que fuja do estereótipo encontrado nas bancadas dos telejornais, o que ocorre também pelo fato de os espectadores não estarem acostumados com algo diferente do que a cultura do telejornal apresentou até então; por isso, é importante que a temática seja levantada e debatida, para que este lugar seja mais uma conquista e mais um lugar

onde transexuais podem e precisam estar.

Na próxima seção, trataremos do *preconceito* ou noção preconcebida contra uma pessoa, grupo ou coisa.

4 PRECONCEITO: O IMAGINÁRIO DO DESCONHECIDO

A definição de *preconceito*, segundo o Dicionário Michaelis (2021, p.1) é:

1 Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto.

2 Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção: “– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede”.

3 Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles sejam praticados. (MICHAELIS, 2021, p.1 - negritos nossos).

Diante desta definição, é importante enfatizar que a sociedade não é constituída por uma formação ideológica apenas e que os discursos são materialidades formadas por meio delas e que elas são determinadas, quase sempre, por concepções que sustentam a visão de mundo de uma determinada classe social como representante de uma ordem social única.

O *preconceito* é a fonte de construção de uma visão de mundo de uma ordem ou de uma classe social que, no mais das vezes, vai contra as evidências, sendo uma opinião formada sem o conhecimento necessário sobre determinado assunto. No caso deste artigo, o *preconceito* com o sujeito trans se dá por meio de um segmento social de pessoas heteronormativas, que, com um posicionamento ideológico e os discursos formados a partir deles, não concordam com uma outra orientação sexual, que não aquela em que elas vivem.

Para Mezan (1998), o *preconceito* é um agrupamento de crenças, de modos de agir e de comportamento em relação à atribuição de qualquer indivíduo de qualquer grupo composto por pessoas um significado negativo, pelo simples motivo de ele pertencer a um determinado grupo ou possuir peculiaridades são dadas como essenciais. Em outras palavras, *preconceito* conceitua aquilo que não condiz com a crença de determinado indivíduo ou que é diferente daquilo que ele está acostumado enquanto convívio rotineiro; aquilo que se estranha gera um *preconceito*.

De acordo com o percurso do texto, a existência do *preconceito* no âmbito do

jornalismo sobre transexuais ocorre pela invisibilidade dele nesse local, o que gera estranhamento, quando há movimentação para que o fato aconteça. Para sujeitos trans, a procura de um trabalho “sério” é mais difícil por serem considerados como “objeto”, sendo submetidos à marginalidade que fica condicionada à violência e a preconceitos; podemos perceber o *preconceito* no ato de entrega de currículos, por exemplo, demonstrando assim, o *preconceito* antes de a competência dessa pessoa ser verificada (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR; 2013).

A seguir, abordaremos a AD e o seu objeto de estudo.

5 ANÁLISE DE DISCURSO: UMA BREVE CONSTRUÇÃO

A AD parte do princípio de que analisar um discurso é entender que construções ideológicas se materializam nele, permitindo o acesso à construção social, cultural e ideológica que o atravessa para que possa produzir um discurso.

Para falar sobre *discurso*, é necessário entender como ele conceituado. Para Pêcheux (1990, p.82), discurso é “uma forma de materialização ideológica, onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade”. Orlandi (2005), por sua vez, define o discurso como uma construção de sentido:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não **trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento**. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2005, p.15, negritos nossos).

À luz das definições apresentadas pelos autores, a ideologia constitui o sujeito e o leva a produzir o discurso submetido a um lugar específico e a uma construção ideológica que é estabelecida por fatores sociais, culturais e econômicos, reverberando um sentido já construído antes. Portanto, o sentido gera o sujeito e ele se reproduz por meio da sua reprodução.

Para que um discurso seja construído, outro discurso foi dito; conseqüentemente, as palavras, quando colocadas em *FDs* diferentes, mudam o sentido do que será dito. Segundo Orlandi (1987, p.26), “todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em discurso, mas em estado de

processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados, institucionalizados”.

Já a ideologia é que dá ao sujeito a possibilidade de dar sentido ao discurso; são efeitos de evidências formadas por meio de construções sobre o que “todo mundo sabe” sobre o que é um policial, um carro, um funcionário, um âncora. Essas supostas evidências é que fazem com que uma palavra diga de fato o que quer ser dito e que disfarçam, sob a “transparência da linguagem”, o que Pêcheux (1995, p.160) chama de “o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”, que estabelecem a memória que pode ser recuperada.

Sendo assim, podemos afirmar que o discurso é a materialidade da ideologia e o local onde é possível averiguar a relação entre a língua e a ideologia, que permite que a produção de sentido seja gerada por meio dos enunciados. A seguir, trabalharemos o conceito de *silenciamento* para a AD.

5.1 SILENCIAMENTO

Também nos valem, neste trabalho, da noção de *silenciamento*, da AD, que significa ausência de fala, ausência de sentidos, com falhas e faltas; como ocorre com a linguagem, se o silêncio apaga, por um lado, por outro, ele pode levar a mobilizar a memória não-oficial, gerando o movimento sobre o não-dito. A sociedade faz silêncio e censura serem equivalentes, buscando se resguardar contra o que parece ameaçar os seus preceitos, agredir, ofender ou desmoralizar alguma pessoa inserida nela:

E que chega a nos fazer compreender de modo interessante o que é, por exemplo, a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. **Pensada através da noção de silêncio (...), a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos.** (ORLANDI, 2013, p. 13 - negritos nossos).

Considerando a esse da atora, podemos considerar a censura uma forma de silenciar vozes da sociedade que não se submetem ao acordo de interesses de alguns segmentos, como o governo ou alguma da sociedade que exerce poder. Esse *silenciamento* é utilizado por todos nós e pode se tornar uma arma para as lutas sociais, seja para a manutenção de privilégios, seja para a emancipação ancorada no discurso que se faz ouvir.

Nem sempre (ou nunca) o silêncio é a melhor opção, uma vez que ele permite que o discurso tem uma função fundamental na sociedade que permite manter, mas também romper com determinados comportamentos. Em outras palavras, há momentos para o silêncio, “Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio faz significar em outros lugares o que não vinga em um determinado lugar” (ORLANDI, 2013, p. 13). Com isso, o que a sociedade exige precisa de atenção e o silêncio não pode reinar com liberdade, uma vez que há direitos e desejos individuais que são pertinentes e que devem ser equiparados ao coletivo. Dito isto, passamos para o conceito de *formação discursiva*.

5.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA

Para Pêcheux (1995, p.160), uma *FD* é definida como o que, “numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.”. Em outras palavras, a *FD* contempla o que deve ser reproduzido por meio do discurso em termos de classes sociais, suas crenças e suas dificuldades. No meio de propagação da notícia por meio de discursos dos telejornais, a noção de *FD* é uma ferramenta teórico-analítica, que mostra a pertinência do conceito para trabalhar com a análise de diferença sociais discursivas, acedendo a diferentes sentidos e distintas leituras de mundo.

Sendo assim, o interdiscurso, ou seja, a relação entre discursos, é proveniente de uma *FD* e ela é atravessada por várias *FDs*, ou seja, cada discurso é formado por uma ideologia que se impõe sobre o sujeito e, portanto, um discurso é formado por discursos provenientes de *FDs* que se aproximam e se sustentam no fato de o já-dito ter sido reproduzido em algum lugar por alguém, em algum espaço, em algum tempo.

Como vimos, qualquer discurso dito hoje já foi dito em algum outro momento dos quais os processos discursivos são articulados com a história. É a *memória*, que veremos na próxima seção, que permeia o sujeito em suas discursividades.

5.3 MEMÓRIA

A *memória*, ao contrário da lembrança psicológica, materializa-se em discursos e impõe que as materialidades discursivas se submetam a um anterior estabelecido,

o que pode esperar uma mesma e compreensão, sendo considerada como comum e óbvia para alguém.

Escrever é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu. Como conseguirei saber do que nem ao menos sei? Assim: como se me lembrasse. Com um esforço de 'memória' como se eu nunca tivesse nascido. Nunca nasci, nunca vivi: mas eu me lembro e a lembrança é em carne viva. (LISPECTOR, 1999, p. 385 - negritos nossos).

O (re)lembrar referenciado na citação parte do princípio de que o discurso se sustenta em condições relacionadas à *memória discursiva*, já dita antes em outros discursos. Achard (1999) diz que a *memória discursiva* remete à construção de uma “arqueologia” da AD, pois ela se compõe de memórias socialmente criadas, que impõe a construção de materialidades sob uma certa forma. Assim, a *memória* se pauta na espera de uma compreensão comum e óbvia, como no caso do transgênero não pertencente ao jornalismo de bancada.

Assim, Pêcheux (1999) entende

a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e regularização: **a memória discursiva seria aquilo que, face, a um texto surge como acontecimento a ler, vem a restabelecer os 'implícitos' de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação do legível.** (PÊCHEUX, 1999, p. 52- negritos nossos).

Portanto, para o autor, apesar de a *memória* ser móvel e inconstante e construída a partir de lacunas, ela acaba sendo preenchida, no limite, pelo imaginário que reprime o sujeito, por meio das vivências forjadas na experiência do comum e impositiva. Na próxima seção, veremos mais um conceito da AD que nos dá sustentação nesta jornada: o *interdiscurso*.

5.4 INTERDISCURSO

Outro conceito que será explorado neste trabalho é o *interdiscurso*, que é uma base de fornecimento e de sustentação de sentidos que não nascem no sujeito. É ele quem interdita e dita as possíveis formulações de sentidos para o sujeito que enuncia.

Para entender que os sentidos são produzidos por meio do *interdiscurso* que determina o que dizer e fixa a relação entre o discurso e a ideologia, precisa-se

compreender a noção de *FD*, que estabiliza os enunciados possíveis.

Para Orlandi (2002, p. 43), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”, ou seja, estabelece às posições discursivas e os discursos dos sujeitos.

Orlandi (2002) explica que

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas, que por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. **Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.** E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. **O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.** (ORLANDI, 2002, p.43 - negritos nossos).

Seguindo as palavras de Orlandi, concluímos que não há discurso que não tenha traços ideológicos e isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, no modo como a ideologia produz sentido nelas. O discurso e a ideologia se entrelaçam de forma constitutiva, numa relação de mútua interferência. Neste sentido, para a autor,

propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, [1988] 2014: 149 - negritos nossos).

Para o autor, o *interdiscurso* é a ferramenta que está além do dizer; ele pode ser a retomada exata do que já está dado e pronto, mas também pode ser um mecanismo de defesa contra a desigualdade, de contradizer aquilo que é dito através das formações ideológicas e que explica o sentido poder não estar de acordo, visto que a vivência e a ideologia criada por meio da vivência não faz sentido para todos da mesma forma.

O *interdiscurso* é como uma constituição, uma junção de discursos em relação a outros discursos já existentes; no entanto, esta retomada pode gerar concordância

ou polêmica, uma vez que o sentido não é estável e não é único. A AD, assim, parte do princípio de que analisar um discurso é e entender que construções ideológicas retornam ou são combatidas, sendo preciso observar a construção social e cultural do sujeito. Para falar sobre discurso, é necessário entender de fato o que é ele. Para Pêcheux (1990), discurso é “uma forma de materialização ideológica, onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade” (PÊCHEUX, 1990, p.82).

Desta forma, os autores alertam que a ideologia vai além do sujeito e ele sujeito produz o discurso a partir de um lugar específico por meio de uma construção ideológica influenciada por fatores sociais, culturais e econômicos, reverberando um discurso já-dado. Portanto, sentido é o que gera o sujeito e ele se reproduz através da construção de discursos.

Para que um discurso seja produzido, outro discurso foi dito; conseqüentemente, as palavras, quando colocadas em posições diferentes em um discurso, mudam o sentido do que foi dito. Sendo assim, o discurso permite que tenhamos acesso à relação entre a língua e a ideologia, além de perceber que sentido é produzido por meio dos discursos.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES: A (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIZERES

Neste capítulo, encontram-se análises relacionadas ao modo como tem sido os discursos e como funcionam atualmente quanto à formação de estereótipos de âncoras de telejornais, além disso, reunimos os estudos em AD para reverberar e contribuir com a formação de outro discurso em relação a transexuais no jornalismo televisivo.

As análises referentes a transexuais quando jornalistas e, desses sujeitos nos telejornais, se farão sobre enunciados mencionados e, brevemente, explicados, de maneira a verificar como esses discursos silenciam o sujeito trans. Tratando-se de um aparelho de contribuição para formações ideológicas, com responsabilidade social direta, eles poderiam ser usados como mecanismo de conscientização e de produção de discursos com potencial de influenciar a construção de uma outra *memória*, com capacidade de tornar real o que ainda é pouco conhecido.

Este trabalho levanta questionamentos para os futuros jornalistas, leitores e sociedade, buscando traçar um percurso que leve a entender a importância da

representação de um sujeito transexual para um segmento de sujeitos que não conseguem se imaginar ocupando espaços de valorização e reconhecimento como o da bancada de um telejornal. O objetivo é contribuir para despertar para o abandono da via marginal da sociedade e integrar a sociedade, saindo desse lugar de escuridão e de desconhecimento. Sobretudo, analisar os estereótipos e por que essa padronização é seguida por tanto tempo.

O tema em questão foi selecionado para analisar como vários temas se relacionam a respeito da transexualidade e de que forma o assunto é visto no comércio jornalístico, sendo que, em sua maioria, seja na área profissional ou quanto sujeito pertencente a sociedade, este sujeito foi alvo de discursos punitivos, condenatórios e preconceituosos.

Quando analisada a repetição dos discursos, percebemos que o sujeito transexual é relacionado a um sentido de punição, sendo pecador, por não se identificar com o gênero de nascença. Esse discurso de pecado é empregado na sociedade por meio da formação ideológica religiosa, mas também econômica, pedagógica, jurídica, dentre outras.

Explorando os fatos e a *FD* que gera por décadas sentidos advindos de normas impostas de entidades religiosas que influenciaram no surgimento do *preconceito* e da não-aceitação do transgênero, precisamos esclarecer que esse sujeito não tem poder de escolha em relação a sua orientação sexual, o que já foi um discurso formado para justificar a orientação sexual do outro e convencê-lo a ser “normal” como a maioria.

As primeiras aparições na televisão brasileira de figuras relacionadas a homossexuais, por suas caracterizações, eram visualizadas com toque de humor, fazendo parecer brincadeira o que não levava o telespectador à rejeição. Nomes como Hebe Camargo (que dava selinho em outras mulheres durante seu programa), Nany People (que a princípio se caracterizam com roupas femininas e só depois se entendeu como transexual), são nomes da televisão brasileira que começaram a “desmatar” este lugar para anos depois entendermos que transexuais existem e que podem ser comunicadores.

Na bancada dos principais telejornais do país, podemos encontrar uma reverberação de sentidos e significados que atendem à *FD* em que os meios jornalísticos se inserem, silenciando e apagando o transgênero como âncora, como nos mostra a SD6:



SD6: William Bonner e Renata Vasconcelos, apresentadores do Jornal Nacional | Reprodução: Globo

Segundo o Memória Globo⁹, o Jornal Nacional é o principal telejornal em rede da Globo e faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. Apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, o JN, como também é conhecido, lidera a audiência no horário nobre.

O sujeito-jornalista-heterossexual William Bonner aparece na bancada com seus cabelos brancos, barba bem feita, pele clara, roupas alinhadas, enquanto sua colega de bancada já foi substituída por duas ocasiões - Fátima Bernardes deu lugar para Patrícia Poeta que, por sua vez, foi trocada por Renata Vasconcellos. É importante observar, também, que a parceria de bancada de um homem mais velho é, geralmente, uma mulher mais jovem.

Já Renata Vasconcellos cumpre com todos os padrões pré-estabelecidos: mulher branca, heterossexual, casada, de cabelos castanhos, lisos, na altura dos ombros, maquiada e magra.

Ao analisarmos o problema do sujeito transexual localizado na via marginal dos veículos de comunicação televisivos, em âmbito jornalístico e, não no lugar de humor em programas de entretenimento, buscando tornar visível este lugar de condição de produção¹⁰, amparado pela teoria da Análise de Discurso, entendemos que a

⁹ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2022.

¹⁰ Vinda da psicologia social, as condições de produção foram reelaboradas por Pêcheux na Análise de Discurso, designando o meio ambiente material e institucional do discurso, tendo uma noção de lugar.

sociedade ainda não está preparada para este sujeito, enquanto aceitação e não recriminação ou tratamento como anomalia. Este sujeito ainda não foi visto e inserido na sociedade, sendo um ser existente, mas não reconhecido e assim não ligado ao sentimento de falta, por parte dos telespectadores, pois a 'normatização' está no sujeito-jornalista que segue os padrões estabelecidos e, novamente, o que vemos na SD7, é o *silenciamento/apagamento* de sujeitos trans na bancada.



SD7: Christina Lemos e Sérgio Aguiar na bancada do Jornal da Record | Reprodução: TV Record

Para ratificar o assunto, consideramos que o meio televisivo e midiático apenas (re)produz a FD desse lugar ocupado por sujeitos heterossexuais, bem apresentados, roupas alinhadas, corpos esguios, entre outros. Como vemos, o sujeito trans não está inserido nesse lugar e o discurso jornalístico corrobora com as reflexões trazidas.

Para Dela-Silva (2004):

Os discursos da telenovela e do telejornal como conhecidos hoje resultam de condições de produção específicas da televisão no Brasil, que reúnem as características das narrativas de ficção e da transmissão dos acontecimentos contemporâneos e os interesses mercadológicos da produção televisiva enquanto prática empresarial. As origens do discurso televisivo no país estão relacionadas ao início das transmissões pelas emissoras de televisão, na década de 50. Com a primeira transmissão em 1926, na Europa, a nova tecnologia que reúne som e imagens foi trazida para o Brasil pelo empresário Assis Chateaubriand em 1950, tendo como objetivo oferecer opções de entretenimento à população e ampliar o mercado das comunicações no país. **A primeira emissora, a TV Tupi, foi inaugurada em 8 de setembro de 1950 e as primeiras transmissões privilegiavam o entretenimento, com a apresentação de shows de variedade e programas infantis.** (DELA-SILVA, 2004, p.17).

Em face da citação acima, compreendemos que o discurso televisivo é moldado em torno do telespectador, determinando o que será produzido e qual será o sentido, embora não exista controle de sentidos produzidos, uma vez que o sentido é formado através da ideologia de sujeitos sociais. No entanto, quando se menciona um sentido desse discurso televisivo, a formação do mesmo é pensada de acordo com a história, a ideologia e o conjunto social, para a produção de algo que atraia o telespectador e venda, gerando riquezas.

Partindo do princípio de que a mídia precisa conquistar o telespectador para a audiência, que forma uma corrida de mercado e de política, a busca de audiência pelo discurso produzido pela maioria dos meios de comunicação não proporciona de fato um lugar que transexuais possam alcançar.

A AD auxilia o entendimento de que as construções ideológicas e socioculturais no âmbito do telejornalismo poderiam romper com a *memória discursiva*, impregnada socialmente, gerando um interdiscurso polêmico e evidenciando um outro já-dito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o tema deste artigo, a não-aparição de transexuais nas bancadas de telejornais brasileiros por meio da AD, podemos perceber que existe uma padronização nas bancadas de telejornais e que, por décadas, esse estereótipo nunca foi questionado. Surgem, assim, especulações sobre o porquê dessa não-aparição, especulações que vêm dos próprios acadêmicos de Jornalismo transexuais que almejam alcançar este lugar.

Para isso, na prática da análise, nos perguntamos qual é o estereótipo de apresentador encontrado nas bancadas de telejornais e por que temos esse perfil definido. Se seguimos uma padronização nas vestimentas, na forma de falar e na postura que um apresentador tem, então construímos uma padronização sobre a qual não paramos para pensar, nem sobre os sujeitos transexuais que buscam se encaixar nesses padrões para estarem à frente de telejornais. Se a imagem que encontramos ao ligar a televisão coloca esse padrão estereotipado como aquele que agrega valor enquanto evidência, entendemos que não pode ser qualquer pessoa que toma a frente nesses veículos de comunicação.

Analizamos, então, a imagem desse indivíduo enquanto jornalista e a influência da sua orientação sexual enquanto comunicador. Para a AD, utilizada para estudar e

compreender esta problemática, o fato de que um discurso é construído por meio de vivências e de história, revela que ainda não encontramos um transexual na bancada de um telejornal por esse discurso ainda não ser veiculado como “normal”, como um heterossexual, com o entendimento de que as informações passadas não são influenciadas pela orientação sexual de cada um. Tendo a AD como uma forma de curso/percurso, entendemos que o caminho trilhado no Jornalismo até a atualidade é ainda um meio onde o *preconceito* existe.

Enquanto contribuição, este artigo colabora para a existência de um outro discurso e para que outras portas e outras barreiras que sejam quebradas, como processo de desconstrução, que é justamente o que a AD faz quando analisamos esse tema.

Se a *FD* trata da luta de classes e define o que pode e deve ser dito, então, entendemos que o segmento transexual está localizado na via marginal da sociedade e precisamos debater o assunto que deve ser dito a todo momento, defendendo o direito de ser e estar. Se os padrões criados pela sociedade e pelos meios jornalísticos não englobam o sujeito transexual é porque ainda não foi construída uma memória para que a aceitação aconteça, já que materialidades já existem e, mesmo que não pareça óbvio, pode e deveria vir a ser comum socialmente.

Mostrar a existência desse sujeito está ligado diretamente a um momento de ruptura com padrões de estereótipos e discursos repetitivos, alertando que este é um universo de um outro discurso já existente, contra uma bolha de *preconceitos* e paradigmas que precisa ser quebrado/furado o que deve acontecer pela irrupção de uma presença social desse sujeito em lugar de visibilidade e pela presença de uma imagem então estabelecida de quem devem ser aqueles que podem e devem ocupar esse lugar.

De todos os temas levantados, o Estado, junto das demais instituições, precisa ter um olhar de cuidado quanto ao direito e ao dever de garantir igualdade e justiça para todos. Esse sujeito transexual fica à deriva quando autoridades se eximem da responsabilidade de cuidar também dessas pessoas que pertencem à sociedade e que, por irresponsabilidade de outros, perdem o direito de permanência nas instituições e quando o têm, não tem pessoal preparado e nem material que ensine a lidar com as diferenças, respeitando o outro. Além disso, esse sujeito não encontra assistência adequada no setor de saúde, pois o próprio estado permite condições praticamente inviáveis, com o intuito de que essa pessoa desista do processo.

Ainda há um longo caminho a percorrer para a mudar a história e conquistar um lugar de respeito na sociedade em diversas áreas, seja no campo profissional, educacional e tantos outros. É nesses ditos e não-ditos que os sujeitos trans adquirem legitimidade em sua existência; o que antes parecia longe da realidade começa a tomar corpo e voz, transformando vidas por meio da língua e da linguagem, existindo e resistindo.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. **Memória e produção discursiva do sentido** In: ACHARD, P. et al. (Org.) Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.

BENICIO, Jeferson. **TV da Argentina tem a primeira âncora trans de telejornal**. Terra, 2020. Disponível em <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/tv-da-argentina-tem-a-primeira-ancora-trans-de-telejornal,c789e3da30dd209ab392f517cc7fd255mjit62zz.html>> Acesso em: 18 set. 2022.

CABRAL, Gabriel. **17 de maio, dia internacional contra a homofobia**. Assembleia Legislativa, 2014. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=356970>> Acesso em: 18 set. 2022.

CAMARGO, Eleonora. **Contemporânea** | comunicação e cultura - v.18 – n.01 –| ISSN: 18099386. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/26792/21996>> Acesso em: 18 set. 2022.

COSTA, Caio Túlio. **Jornalismo como representação da representação: implicações éticas no campo da produção da informação**. Líbero, v. 12, n. 23, p. 29-41, 2009.

CARRIERI, Alexandre Pádua; SOUZA, Eloísio Moulin; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. **Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais**. Revista de Administração Contemporânea, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2013.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. **A realidade - ficção do discurso televisivo**/Silmara Cristina Dela - Silva – Dissertação do Instituto de Biociências e Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista São José do Rio Preto: [s.n.], 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FISK, John. **Television culture**. Methuen & Co. London, New York, 1987.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. EUA: Vozes, 2008.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: o imaginário sobre os comunistas nos jornais**. Rio de Janeiro; Campinas: Revan; Ed. da UNICAMP, 1998.

MELITO, Leandro. **Visibilidade Trans**. Brasil De Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>> Acesso em: 18 out. 2022.

MEZAN, R. **Tempo de mudança: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MICHAELIS, UOL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/preconceito/>> Acesso em: 18 set. 2022

MOREIRA, Matheus. **Pesquisa do IBGE sobre sexualidade frágil**. UOL, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/pesquisa-do-ibge-sobre-sexualidade-e-fragil-e-ignora-trans-dizem-especialistas.shtml>> Acesso em: 1 set. 2022.

OLIVEIRA, Luciana. **Pessoas trans vivem sob "tolerância frágil"**. G1, 2022. Disponível em :<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/28/pessoas-trans-vivem-sob-tolerancia-fragil-diz-pesquisadora-que-contabilizou-140-mortes-em-2021.ghtml>> Acesso em: 9 set. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1988]. **Semântica e Discurso.** Uma crítica à afirmação do óbvio. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, 149 p.

QUADROS, Mariana. **A primeira âncora trans do telejornal.** Queer, 2021. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2021-06-18/apresentadora-trans-telejornal-argentina.html>> Acesso em: 23 set. 2022.

REGINA, Carla. **Memória discursiva:** sentidos e significações nos discursos religiosos da TV. 1 ed., Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212004000100003>. Acesso em: 8 set. 2022

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. **A Homossexualidade e a AIDS no Imaginário de Revistas Semanais** (1985 - 1990). 2006. 238 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006. (SOARES, 2015, p.28)

VALENTE, Jonas. **Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021.** Agencia Brasil, 2022. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>>. Acesso em: 18 set. 2022.